

As metamorfoses do neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: governos do PT e hegemonia neoliberal

* David Maciel

Nos últimos anos os governos do PT, Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2013), tem sido identificados por diversos analistas como portadores de uma perspectiva *não neoliberal*, particularmente após a ampliação das políticas sociais, o desempenho econômico positivo do segundo mandato de Lula e da vitória eleitoral petista na sucessão presidencial de 2010. Desde os que os consideram governos “pós-neoliberais” até os que os qualificam como “social-desenvolvimentistas” há um relativo consenso em torno da tese de que os governos petistas superaram o neoliberalismo, abrindo caminho para uma nova dinâmica econômica e uma nova configuração político-social. O chamado “lulismo” seria a expressão mais visível da nova direção assumida pelo governo e pelo Estado brasileiros, configurando um avanço positivo para os interesses populares em relação aos governos anteriores.

Em nossa avaliação tais leituras partem de uma contraposição superficial entre os interesses “rentistas” identificados com uma plataforma política neoliberal e os ditos interesses “produtivistas”, coligados numa ampla frente “desenvolvimentista” que tem apoiado os governos petistas e assim sustentado sua perspectiva não neoliberal, pois o que há é um processo de acomodação entre os diversos interesses burgueses sob a lógica da valorização financeira. Além disso, desconsideram o processo de reciclagem ideológica por que passou o neoliberalismo a partir dos anos 90 com o desenvolvimento de uma “agenda pós-neoliberal” que pretende superar a ortodoxia neoliberal propondo “novos” paradigmas de ação estatal e de desempenho das economias nacionais, mas que tomam o novo imperialismo “globalizado”, a primazia do mercado e a liberdade de movimentação do capital como dados incontornáveis e insuperáveis. Finalmente, compreendem de maneira formal as práticas políticas e econômicas adotadas pelos governos petistas, descurando de seu conteúdo efetivo e de sua articulação com o padrão de acumulação e com a hegemonia do capital financeiro sobre a sociedade brasileira, vigente no país há quase duas décadas. Sendo assim, em nossa avaliação os governos petistas não romperam com a orientação neoliberal que dirige o Estado brasileiro, ao contrário, desenvolveram e potencializaram as possibilidades expansivas

inscritas em seu próprio horizonte, além de repor a hegemonia do capital financeiro em novas bases com o fenômeno do “lulismo”.

I- Está em curso no país um debate sobre o conteúdo político e social dos governos do PT, particularmente do governo Lula (2003-2010), mas também do governo Dilma Rousseff (iniciado em 2011). Se numa primeira fase prevaleceram as interpretações que identificavam grande dose de *continuidade* entre o governo do PT e os governos neoliberais anteriores, a partir do segundo mandato de Lula (2007-2010) as interpretações que destacam os elementos de *mudança* na experiência política do país passaram a predominar e a ganhar visibilidade, no debate político e acadêmico. Numa notação positiva, diversas avaliações ressaltam a superação ou mesmo a ruptura com a plataforma neoliberal pelos governos petistas, que assim teriam um conteúdo social e político *não neoliberal*, variando a partir daí sua caracterização como “pós-neoliberal” (DINIZ e BOSCHI, 2007), “neodesenvolvimentista” (BOITO JR, 2012), “social-desenvolvimentista” (POCHMANN, 2010) ou “reformista” (SINGER, 2012), para ficarmos nas categorizações mais conhecidas. Apesar das diferenças teórico-metodológicas e de enfoque entre estas avaliações, em linhas gerais elas indicam em comum algumas características dos governos petistas que permitiriam tal definição, seja por conta da adoção de determinadas políticas, seja em função de seus efeitos sociais e econômicos. Primeiramente são destacadas as políticas sociais, que configurariam o grande diferencial das administrações petistas em relação às administrações anteriores e definiriam sua marca como “governo de esquerda”. Inserem-se neste quesito desde os programas de assistência social e transferência de renda, como o Fome Zero, o Bolsa Família e o Brasil sem Fome, até a valorização do salário mínimo, a redução do valor da cesta básica e as políticas de popularização do crédito. Em segundo lugar, a retomada do intervencionismo estatal, representada pelo fortalecimento e expansão das empresas estatais e do serviço público; pela criação de novos espaços institucionais de planejamento econômico e negociação com os atores econômicos, como o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), o CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial) e o FNT (Fórum Nacional do Trabalho) e pela adoção de políticas de financiamento direto ou indireto ao setor produtivo. Neste quesito destacam-se as PPP, s (parcerias público-privadas), as inversões crescentes realizadas pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) junto às

empresas privadas, os pacotes de renúncia fiscal, o PAC I e o PAC II (Plano de Aceleração do Crescimento), o Plano Nacional de Logística e Transporte, entre outras iniciativas. Finalmente, o desenvolvimento de uma política externa mais independente onde se destacam o protagonismo do país nas instâncias internacionais e o fortalecimento das relações econômicas e diplomáticas com os países pobres e “emergentes” em detrimento do alinhamento automático com os países centrais.

Além destas políticas, as avaliações que reputam os governos petistas como não neoliberais se baseiam ainda nos efeitos econômicos e sociais de tais iniciativas, como o ciclo de continuado crescimento econômico, mesmo após a eclosão da crise econômica mundial em 2007-2008; o crescimento dos níveis de emprego e de formalização do trabalho; a melhoria da renda do trabalho, a ampliação e fortalecimento do mercado interno e a redução nos índices de pobreza, com impacto positivo na redução dos níveis de desigualdade social.

Estes elementos não só explicariam o conteúdo “não neoliberal” e “progressista” dos governos petistas, apesar de alguns reconhecerem seus limites e o predomínio de uma postura de não enfrentamento com os interesses do capital financeiro, como também o conteúdo da coalizão “desenvolvimentista” que apoia o governo e da coalizão “neoliberal” que a ele se opõe. A primeira seria liderada pelo capital industrial, com decisivo apoio do proletariado organizado, da “nova classe média” formada pelas políticas de combate à pobreza, dos setores proletários recentemente integrados ao mercado de trabalho e dos “subproletários” beneficiários das políticas de transferência de renda. Politicamente tal coalizão teria no PT e nas maiores centrais sindicais (CUT e Força Sindical, além da CTB) suas forças políticas e sociais principais, com o apoio de partidos da base governista, como o PMDB, o PSB, o PR e o PC do B, e de movimentos sociais, como o MST. Já a coalizão oposicionista seria liderada pelo capital financeiro e bancário, integrada ainda pelos setores do agronegócio e teria na classe média “tradicional” e na pequena burguesia sua base social de massa. Politicamente tal coalizão seria organicamente representada por PSDB, Democratas-PFL e PPS, com participação decisiva da grande mídia. Apesar de possuírem interesses específicos, conjuntamente estes setores sociais defenderiam uma perspectiva neoliberal estrita, centrada no corte de gastos públicos, na redução da carga tributária, numa postura externa alinhada com os países centrais e na não interferência do governo nas empresas estatais que restaram e

nem na política de juros e câmbio. Estas duas coalizões se enfrentaram decisivamente nos pleitos presidenciais de 2006 e 2010, saindo vencedora a coalizão “desenvolvimentista”, que assim, deu sustentáculo ao aprofundamento do “novo curso”.

Em que pese a justeza de muitos dos argumentos apresentados por estas interpretações, consideramos que elas se equivocam por possuírem uma compreensão abstrata dos critérios ressaltados acima como definidores do conteúdo político e social não neoliberal dos governos do PT, além de não considerarem que o neoliberalismo viveu um processo de *reciclagem* prática e doutrinária nas últimas décadas, que incorpora novos conceitos e procedimentos, alguns deles críticos do neoliberalismo, sem abandonar o núcleo duro da propositura neoliberal. Tal reciclagem surgiu tanto como uma resposta aos efeitos sociais e econômicos perversos gerados por sua aplicação, quanto para ocupar o vácuo deixado pelo recuo da esquerda e do pensamento socialista desde o colapso das experiências do chamado “socialismo real”. Trataremos então agora, das principais características do neoliberalismo *reciclado*.

II- Na verdade, o governo Lula atuou nos marcos dos novos paradigmas econômicos desenvolvidos a partir do final dos anos 90 presentes na chamada “agenda pós-neoliberal”, que passaram a pautar o debate econômico internacional e a mobilizar grande parte do empresariado nacional desde então (DINIZ e BOSCHI, 2007). Apesar da diversidade de leituras e interpretações, nas quais se incluem figuras com grande visibilidade midiática e influência em instituições internacionais do porte do Banco Mundial e da ONU, como Joseph Stiglitz e Amartya Sen, podemos afirmar que em linhas gerais os novos paradigmas se baseiam nos seguintes fundamentos: um novo intervencionismo estatal, um novo papel do Estado nacional no contexto da chamada globalização, uma nova perspectiva de industrialização e um novo conceito de desenvolvimento econômico (DINIZ e BOSCHI, 2007, p. 15-35). Vejamos, então, o que há de efetivamente novo em relação ao programa neoliberal nestas propostas.

O novo intervencionismo estatal proposto pela agenda “pós-neoliberal” supõe o a intensificação da capacidade indutiva e reguladora do Estado com base no aprofundamento da “sinergia” entre o empresariado e o Estado. Tal processo se daria por meio da ampliação dos

canais de interlocução entre as frações burguesas e a burocracia estatal, determinando o conteúdo e a abrangência das políticas de desenvolvimento a serem seguidas. Ou seja, diante da forte redução do papel econômico do Estado operada pela aplicação da ortodoxia neoliberal, com fortes doses de insulamento burocrático, propõe-se agora a recuperação do ativismo estatal, porém numa perspectiva restrita, que não contempla a possibilidade do Estado atuar como uma espécie de “gerente geral” que opera em função da dinâmica da economia como um todo e com base num plano econômico geral, à moda keynesiana. Ao contrário, o que se propõe é uma maior permeabilidade do aparato estatal aos interesses específicos das frações burguesas, *privatizando* ainda mais o aparelho público e fortalecendo a esfera de representação burocrática das classes burguesas. Em outros termos, isto quer dizer que não há a refutação da tese neoliberal acerca da ineficiência econômica do Estado e da excelência do mercado na definição do equilíbrio macroeconômico e nem a propositura de que o Estado reassuma o dirigismo econômico, mas apenas que este exerça determinadas funções indutoras a partir das demandas emanadas diretamente do capital, particularmente das frações produtivas (não hegemônicas no bloco no poder), por meio de suas instâncias representativas. Portanto, não se trata de restaurar uma perspectiva global e articulada de desenvolvimento econômico onde o Estado atue como organizador até mesmo à revelia do mercado, nem abrir o processo decisório ao controle político democrático, onde a esfera de representação política tenha um peso determinante. Nestas condições, o novo intervencionismo estatal é altamente restritivo em termos de funções, abrangência e interlocução política, pouco tendo a ver com aquele vigente antes da avalanche neoliberal, mesmo em suas variantes periféricas.

Nesta perspectiva é que se coloca também o novo papel a ser assumido pelo Estado nacional no contexto da chamada “globalização”, particularmente para os países da periferia capitalista. Após a ofensiva liberalizante que varreu as economias periféricas nos anos 80 e 90 eliminando barreiras econômicas e abrindo os mercados nacionais para a especulação financeira e as importações propõe-se que o Estado nacional assuma uma postura mais ativa em favor da economia nacional. Em primeiro lugar, contendo os excessos liberalizantes que destroem o parque produtivo, porém sem restaurar o protecionismo e o nacionalismo econômico, tidos como anacrônicos frente ao mercado “globalizado”. Em segundo lugar,

buscando uma inserção mais vantajosa para a economia nacional no mercado internacional por meio de acordos comerciais e do apoio aos segmentos econômicos internos dotados de competitividade e capacidade exportadora. Aqui se pode perceber o espectro da teoria das “vantagens comparativas” pairando sobre a “agenda pós-neoliberal”, pois nestes termos aos países periféricos não cabe buscar um desenvolvimento econômico integrado que lhes garanta capacidade tecnológica e o rompimento com a dependência, mas otimizar e privilegiar apenas os setores capazes de produzir para exportação e assim atrair os recursos necessários para o financiamento da integração subordinada no processo de “globalização”. Para os países periféricos isto significa inserir-se no mercado internacional como exportadores de alimentos, matérias primas e manufaturados de baixa ou média densidade tecnológica e importadores de tecnologia e bens de capital. O corolário desta perspectiva de inserção das economias nacionais no mercado internacional é a proposta de redimensionamento do desenvolvimento industrial, que não deve mais ser orientado no sentido da substituição de importações, considerada inviável no novo cenário da “globalização”, mas no da “industrialização orientada às exportações”. Para os países periféricos isto significa acomodar-se à condição de importadores de bens de capital e tecnologia, incapazes de internalizar completamente o avanços tecnológicos da terceira revolução industrial e os circuitos de reprodução e acumulação de capital no qual estão inseridos, e explorar seus diferenciais em termos de abundância de recursos naturais e de mão de obra barata.

Finalmente, a nova concepção de desenvolvimento econômico contida no conceito de desenvolvimento humano. Este não considera apenas o crescimento econômico, o aumento da produtividade, do consumo e a melhoria dos rendimentos *per capita*, mas também fatores relacionados à segurança e à liberdade dos indivíduos entendidas tanto em termos políticos, quanto em termos sociais. Por isto o desenvolvimento humano adequado implica não só no crescimento da economia, mas no atendimento das necessidades humanas básicas e complementares, na existência de regimes democráticos que protegem os direitos humanos e permitem aos indivíduos darem livre prosseguimento às suas escolhas econômicas e profissionais, e na supressão das carências que impedem a liberdade de ação em todos os sentidos. Por isto, no conceito de desenvolvimento humano também são considerados os níveis de pobreza, a taxa de longevidade da população, a oferta de oportunidades, a qualidade

dos serviços públicos, com grande destaque para os índices de educação, saúde e saneamento básico, entre outros fatores. Em nossa avaliação tal perspectiva expressa uma espécie de “atualização” do liberalismo, pois além de estar diretamente vinculada às demandas por mão de obra qualificada e às formas de organização da produção do pós-fordismo, são agregados ao ideário liberal os valores da igualdade social e da solidariedade oriundos do ideário socialista, porém numa versão mutilada, porque “saneada” do anticapitalismo, e numa posição subordinada aos princípios da liberdade individual e da meritocracia. Em síntese, reconhece-se que a plena liberdade de iniciativa individual também depende do estabelecimento de condições sociais minimamente favoráveis à criatividade, ao talento e ao empreendimento, porém estas precisam ser garantidas, principalmente através da mediação do Estado, justamente para que haja o desempenho econômico adequado em termos *capitalistas*. É o reconhecimento de que na trajetória de vida dos indivíduos as condições sociais também tem importância, afinal, em condições de carência extrema o próprio circuito de reprodução do capital fica comprometido, porém, devem prevalecer os talentos e capacidades de cada um a partir de determinado patamar de atendimento das necessidades sociais. Nestes termos, o vínculo deste novo conceito de desenvolvimento econômico com o discurso da pobretologia e da “inclusão cidadã” e com as políticas de “alívio social” é inegável (FONTES, 2010, p. 255-301).

Portanto, a nova agenda “pós-neoliberal” opera no interior do padrão de acumulação neoliberal e da hegemonia intelectual do neoliberalismo, apesar da acidez de determinadas críticas à ortodoxia neoliberal, grosso modo propondo a ampliação do papel do Estado na “administração dos negócios” (PAULANI, 2008, p. 105-139) para além do exclusivismo financeiro. Por isto, a nova agenda não se propõe a ultrapassar o núcleo fundamental da plataforma neoliberal, qual seja a eliminação ou o esvaziamento dos controles políticos sobre a livre movimentação do capital (NETTO, 1993, p. 66-88), particularmente do capital financeiro internacional, expressos na tese da primazia do mercado como ente regulador da dinâmica econômica, no rígido controle dos gastos do Estado, e naquilo que unifica todas as frações burguesas em torno da plataforma neoliberal: a flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas. Mais do que isto, para países periféricos como o Brasil a nova agenda busca aperfeiçoar e potencializar sua condição de plataforma de valorização

financeira, estimulando o crescimento econômico com base em sua integração subordinada no mercado mundial, na desnacionalização de seu parque produtivo e na reprimarização produtiva. Deste modo, todas estas propostas buscam melhorar a performance econômica e social das respectivas economias capitalistas otimizando as possibilidades e oportunidades abertas pela própria dinâmica do sistema, porém sem contestar ou reverter os fundamentos neoliberais e a superemacia econômica do capital financeiro internacional. Sendo assim, a “agenda pós-neoliberal” promove a reciclagem ideológica do neoliberalismo, expressando um movimento transformista de largo fôlego.

III- Antes de entrarmos propriamente no caráter pretensamente “não neoliberal” das políticas adotadas pelos governos do PT, trataremos brevemente do cenário em que se deu a primeira eleição de Lula, em 2002. Apesar de construir um sólido consenso inter-burguês em torno das reformas neoliberais o governo Fernando Henrique conviveu durante todo o tempo com os reclamos do setor produtivo, particularmente do grande capital industrial. As políticas de privatização das empresas estatais e de abertura financeira e comercial causaram enormes mudanças na configuração produtiva do país e na composição social da riqueza, cujos efeitos mais visíveis foram a desnacionalização de setores econômicos importantes, a concentração capitalista e a desindustrialização relativa, inclusive com o desaparecimento de segmentos industriais significativos. Diante desta realidade, determinadas lideranças e entidades empresariais do setor industrial passaram a vocalizar preocupações e mesmo críticas à política econômica, particularmente às elevadas taxas de juros, ao caráter acelerado e indiscriminado da abertura financeira e comercial, ao câmbio valorizado e ao crescimento do desemprego. O “insulamento burocrático” do governo, expresso no excessivo centralismo decisório, também foi alvo de críticas, com o surgimento de propostas de ampliação do diálogo com os segmentos empresariais por meio de sua participação direta em instâncias decisórias como o Conselho de Política Monetária, que define a taxa de juros, e a criação de conselhos consultivos e fórum de discussão. A própria criação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior no governo FHC é resultado desta pressão.

Tal perspectiva crítica emergiu de forma mais incisiva em determinados momentos, como em 1998 e 1999 e de 2001 e 2002. No entanto, tais críticas nunca chegaram ao ponto da ruptura do consenso neoliberal em torno do governo e nem à produção de uma agenda

alternativa, pois por todo o tempo manteve-se a defesa da estabilidade econômica viabilizada pelo Plano Real, do equilíbrio fiscal, do corte de gastos públicos e da redução do chamado “Custo Brasil” por meio de uma reforma tributária e da flexibilização/desregulamentação dos direitos trabalhistas e previdenciários. Em 1998 Fernando Henrique Cardoso foi reeleito com maciço apoio do empresariado industrial e em 2000 as mais importantes lideranças empresariais, inclusive nomes que viriam a apoiar e compor o governo Lula, prestaram-lhe apoio diante da crise política aberta com as denúncias de corrupção contra o secretário geral da presidência da República. Apenas em 2002 há a convergência de expressivas lideranças empresariais em direção à candidatura neodesenvolvimentista do PT, porém ainda foi necessária a “Carta ao povo brasileiro” para garantir a “tranquilidade” empresarial com a eleição de Lula (DINIZ e BOSCHI, 2007, p. 37-65).

Ou seja, há um movimento da burguesia industrial no sentido de defender seus interesses corporativos específicos diante da supremacia do capital financeiro, o que significa conquistar o apoio do governo para uma política mais “produtivista”, porém nos marcos da plataforma neoliberal, sem romper com seus pilares fundamentais. Aqui, a afinidade com a agenda do neoliberalismo reciclado torna-se evidente. É neste contexto que se dá a aproximação de setores do capital industrial com a candidatura Lula, que a esta altura não mais se apresentava com um programa de reformas radicais, como o projeto democrático-popular, mas com um programa neodesenvolvimentista que refletia a influência da dita “agenda pós-neoliberal” na elaboração petista. Mesmo assim, após assumir a presidência da República em janeiro de 2003, Lula abandona seu programa neodesenvolvimentista e adota o programa neoliberal moderado de seu adversário, como já afirmamos em outro lugar (MACIEL, 2005).

Portanto, Lula foi eleito pela primeira vez numa conjuntura em que o debate econômico sinalizava a necessidade de “corrigir os excessos” do programa neoliberal combinando-o à maior iniciativa econômica do Estado e a uma perspectiva produtiva mais incisiva. No Brasil as eleições presidenciais de 2002 ocorrem num momento em que o país sofria os efeitos recessivos da aplicação “extremada” da plataforma neoliberal, com baixos índices de crescimento econômico, a crise energética e altas taxas de desemprego. A vitória de Lula demonstrou que no país também se fazia necessária uma “correção de rumo”. Como

já afirmamos, a “Carta aos Brasileiros”, de junho de 2002, e mais tarde a composição do novo governo indicavam que a perspectiva de mudança do novo governo não ia além do “neoliberalismo moderado” e que a perspectiva dominante seria a de acomodação entre os interesses das diversas frações burguesas, sem romper com o núcleo duro da política econômica neoliberal, a saber, o superávit primário, o regime de metas de inflação, as taxas de juros elevadas e o câmbio valorizado.

Durante os primeiros dois anos o novo governo aprofundou as reformas neoliberais com a aprovação de uma nova reforma da previdência, de uma reforma tributária, da lei de biossegurança, da reforma universitária e da criação das parcerias público-privadas (MACIEL, 2005). Ao mesmo tempo iniciou a política de valorização do salário mínimo e de barateamento da cesta básica, além de aprofundar as políticas de transferência de renda já existentes no governo anterior, criando o programa Bolsa Família. A partir de 2005 o governo aprofunda a aplicação das medidas identificadas com a chamada “agenda pós-neoliberal”, porém, sem abandonar o núcleo duro da política econômica citado acima. Entre os fatores que justificam a intensificação do perfil moderado de seu programa neoliberal podemos elencar a crise do chamado “mensalão” (2005-2006), quando o governo busca reforçar o apoio do movimento social organizado; as eleições de 2006, nas quais foi decisivo o voto dos beneficiários das políticas de transferência de renda e de valorização da renda salarial adotadas anteriormente para a reeleição de Lula; a eclosão da crise mundial em 2007 e 2008, que leva o governo a fortalecer o mercado interno como alternativa ao cenário externo desfavorável; e a própria disputa eleitoral de 2010, quando o governo lança como candidata uma figura até então pouco conhecida e sem vínculos com os movimentos sociais e com o passado de lutas do PT.

No rol das principais medidas adotadas a partir de então se incluem a criação do PAC, a ampliação da capacidade de financiamento do BNDES, a expansão do crédito para os segmentos de baixa renda, os programas de renúncia fiscal para a indústria e a redução da taxa de juros. Como já assinalamos, estas medidas e os efeitos por elas gerados em termos de redução da pobreza, de crescimento econômico, de aumento do consumo tem sido identificados como definidores do perfil não neoliberal dos governos do PT. Como veremos a partir de agora, nenhuma destas medidas e seus efeitos fere a lógica neoliberal imperante,

incluindo a perspectiva de inserção subalterna da economia brasileira na divisão internacional do trabalho regida pela chamada “globalização”, apesar de atender os interesses de variado elenco de classes. Na verdade, tais medidas e efeitos potencializam o funcionamento da economia brasileira como plataforma de valorização financeira, finalidade maior das políticas neoliberais no país.

Em primeiro lugar, o conjunto de políticas favoráveis ao desenvolvimento industrial e ao capital produtivo nada mais fazem do que financiar a acumulação privada com recursos públicos. O grande aporte de recursos disponibilizados para o BNDES estimular a produção foi utilizado em sua maioria para financiar as grandes empresas instaladas no país, particularmente as transnacionais brasileiras, que possuem participação ativa nos processo de valorização financeira do capital, constituindo-se como parte do capital financeiro. Muitos empreendimentos realizados por estas empresas em outros países foram financiados com recursos do BNDES a juros muito abaixo das taxas de mercado, favorecendo enormemente a expansão de seus negócios e sua acumulação privada. É nisto que reside o segredo da nova orientação da política externa brasileira. Além disso, as principais empresas beneficiadas atuam na produção de *commodities* como alimentos, matérias primas e produtos manufaturados de baixa densidade tecnológica, favorecendo o modelo da “industrialização orientada para exportações” e a posição subordinada da economia brasileira no mercado mundial. É fato que as duas versões do PAC e as sucessivas políticas de renúncia fiscal contribuíram para o aumento da produção voltada para o mercado interno e para o desenvolvimento de infraestrutura e de bens de utilidade pública voltados para o atendimento das populações mais carentes, como saneamento básico, transportes e moradia. Porém, pergunta-se em que sentido estas políticas ferem a perspectiva de valorização financeira do capital se justamente buscam ampliar a base material sobre a qual esta mesma valorização financeira torna-se possível? Afinal, o capital fictício não opera no vácuo, pois por mais que sua capacidade de se descolar da produção confira-lhe a autonomia necessária que permite a especulação financeira, esta não deixa de depender da produção real e efetiva de valor. Aliás, a condição para o Brasil ter se tornado plataforma de valorização financeira nos anos 90 foi justamente o enorme desenvolvimento de sua capacidade produtiva nas décadas anteriores (PAULANI, 2008, p. 73-103).

A mesma lógica está presente na ampliação do consumo popular e do crédito, tornada possível com o crescimento do emprego, o aumento da renda do trabalho e as políticas de transferência de renda. O que o capital financeiro pode ter contra isto, se em última instância este processo de ampliação do mercado interno abre novas possibilidades de valorização financeira? A própria redução das taxas de juros ao longo dos governos petistas, ao contrário do que parece, também não significa um ataque aos interesses do capital financeiro, pois o fenômeno deve ser visto em perspectiva comparada. Apesar de movimentos de redução significativa da taxa de juros, a taxa selic brasileira continuou a ser uma das maiores do mundo, principalmente depois que eclodiu a crise mundial em 2007-2008. Isto significa que, apesar da redução dos juros, o Brasil continua a ser um dos lugares mais atraentes para a especulação financeira, afinal ainda não é possível se especular em Marte! Portanto, aqui o capital financeiro continua tendo vantagens que não encontra na maioria dos outros lugares.

Apesar de todas as políticas favoráveis ao desenvolvimento industrial o processo de desindustrialização e perda de densidade tecnológica iniciado nos anos 90 continuou durante os governos do PT. Segundo dados apresentados por Sampaio (2012) a participação da indústria no PIB brasileiro cai de 35,88% em 1985, para 18,62% em 1995, sobe a 19,22% em 2004, mas em 2011 volta a cair para 16,23%. Em relação às taxas de formação bruta de capital fixo não há nada comparável aos índices das décadas de 70 e 80, porém há um aumento relativo entre 2003 e 2011, indo de 15% para 19% do PIB (ECONOMIDIANDO, 2012). No entanto, os setores que mais cresceram foram justamente aqueles ligados à indústria extrativa, com exceção do setor automobilístico, em detrimento da indústria de transformação, o que indica a afinidade do esforço de desenvolvimento industrial adotado no período com a perspectiva da divisão internacional do trabalho definida pelo novo imperialismo e com a proposta de “industrialização orientada para as exportações”. Em outras palavras, não há nada que se assemelhe às pretensões de internalização do processo de reprodução e acumulação do capital próprios do projeto desenvolvimentista.

A partir disto, o crescimento do ativismo econômico estatal se deu no sentido de viabilizar o financiamento da acumulação privada com recursos públicos, como já afirmamos, e de ampliar os canais de interlocução com o grande capital, como indicam a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho de Desenvolvimento

Industrial e o Fórum Nacional do Trabalho, instâncias onde o empresariado tem representação expressiva, quando não majoritária. Mesmo a recomposição parcial do serviço público e a expansão de determinados serviços sociais, como a educação superior, não se deram no sentido de confrontar a lógica neoliberal, pois acompanharam o crescimento do ativismo estatal nos termos que assinalamos acima e o próprio crescimento da economia, além de preservar a perspectiva de complementaridade entre os serviços sociais públicos e o setor privado. Em outras palavras, a expansão de determinados serviços sociais públicos não ocorreu no sentido de reduzir a presença do capital privado nestes setores da economia em favor do atendimento público e gratuito, ferindo assim os interesses de uma das principais beneficiárias das políticas neoliberais, a burguesia de serviços. Mas apenas atingindo áreas ou segmentos que não interessam ao capital privado ou que este não tem condições de operar. A combinação entre Reuni e ProUni na expansão da oferta de vagas nas instituições de ensino superior promovida pelo governo Lula fala por si. Não à toa, a saúde e a educação privadas tiveram crescimento superior à média de toda a economia nos últimos anos, atraindo negócios e investimentos e indicando os limites da expansão dos serviços sociais públicos (ARAGÃO, 2010; SAMPAIO, 2011).

Finalmente, as políticas de transferência de renda e de combate à pobreza possibilitaram o crescimento dos rendimentos do trabalho, o aumento expressivo do mercado consumidor e a melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores inseridos ou não no mercado de trabalho formal. No entanto, tais mudanças foram muito mais o resultado de uma conjuntura de crescimento econômico e da ampliação das políticas sociais compensatórias do que de um processo efetivo de distribuição de renda, particularmente agindo sobre os rendimentos do capital. Por isto, apesar da redução dos índices de pobreza, os índices de concentração de renda pouco se alteraram, havendo, inclusive, aumento da renda dos extratos mais ricos da população. Portanto, tais políticas funcionaram muito mais para produzir “alívio social” do que para promover um processo de efetiva distribuição de renda.

Neste sentido, as políticas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, adequam-se plenamente à lógica neoliberal como políticas sociais compensatórias. Tais políticas permitem atenuar os efeitos sociais mais perversos da aplicação do programa neoliberal deslocando a problemática dos direitos sociais e da distribuição de renda do

conflito imediato entre capital e trabalho. A transferência de renda para os pobres e miseráveis não incide diretamente na lucratividade do capital, ampliando seus custos e politizando a relação entre capital e trabalho. Ao contrário, elas permitem que a super-exploração do trabalho continue intocada, pois através da mediação do Estado os custos das políticas de transferência de renda recaem sobre a sociedade como um todo, particularmente sobre os trabalhadores e sobre os extratos médios devido ao caráter regressivo do sistema tributário brasileiro. Assim, além de não onerar diretamente o capital, promovendo uma efetiva distribuição de renda, as políticas sociais compensatórias alimentam o ciclo de reprodução do capital ao ampliar o mercado consumidor e a demanda por crédito, além de trazerem efeitos políticos fundamentais para o aperfeiçoamento da hegemonia neoliberal no país, como veremos logo adiante.

Neste cenário, não é de estranhar que a maior parte dos novos empregos criados no período sejam de baixa remuneração e qualificação profissional, pois os direitos trabalhistas continuaram sob ataque, pois além de preservar as medidas de flexibilização e desregulamentação anteriormente tomadas, foram criadas novas como as reformas da previdência dos servidores públicos de 2003 e 2012. Atualmente está em discussão uma proposta oriunda do sindicato dos metalúrgicos do ABC Paulista que formaliza a prevalência do negociado sobre o legislado, o chamado Acordo Coletivo Especial, indicando que até o núcleo do novo sindicalismo aderiu à plataforma neoliberal.

IV- É inegável que as políticas sociais compensatórias, o crescimento do emprego e dos rendimentos do trabalho conferiram aos governos do PT enorme apoio popular, além da cooptação das principais organizações do mundo do trabalho. O chamado “lulismo” é a expressão política deste apoio popular, que se manifesta principalmente em termos eleitorais. Porém, ao contrário do que afirma certa literatura, ele não é a manifestação mais visível de um governo mudancista e progressista de caráter reformista, que opera transformações efetivas, apesar de lentas e graduais, mas a forma mais avançada da hegemonia neoliberal concretamente constituída no Brasil. Isto porque além de repor o programa neoliberal nos marcos do transformismo em curso desde o final dos anos 90 explorando ao máximo suas possibilidades expansivas, o lulismo atrai o apoio social massivo das classes trabalhadoras para as políticas do neoliberalismo moderado e permite a acomodação entre os diversos

interesses burgueses, combinando a perspectiva produtiva com a perspectiva rentista. Tal situação permite a adoção do discurso da conciliação de classes, o deslocamento do conflito capital-trabalho e o reforço da postura arbitral do governo, configurando práticas populistas que restauram a estatolatria entre as classes trabalhadoras e o personalismo político, subalternizando politicamente os trabalhadores e impedindo-os de lutar pela superação efetiva do neoliberalismo e da hegemonia do capital financeiro. O desnudamento do verdadeiro conteúdo social e político dos governos do PT pode se constituir como um passo importante neste sentido.

Referências:

ARAGÃO, Marianna. “O Brasil na mira dos investidores”. 2010.

<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0977/noticias/o-brasil-na-mira-dos-investidores>, acessado dia 22 de março de 2013.

BOITO JR., Armando. “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. 2012.

<http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>, acessado em 15 de março de 2013.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato R. *A difícil rota do desenvolvimento. Empresário e a agenda Pós-neoliberal*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ECONOMIDIANDO. “Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF ou FBKF) no Brasil em % do PIB”. 4 de setembro de 2012. <http://economidiando.blogspot.com.br/2012/09/formacao-bruta-de-capital-fixo-fbcf-ou.html>, acessado em 27 de março de 2013.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

MACIEL, David. “O enigma de Tancredi: governo Lula e reposição da hegemonia neoliberal”. In: *Antítese*, nº 1, Goiânia: CEPEC, outubro de 2005, p. 88-108.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

SAMPAIO, Helena. “O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações”. 2011. <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>, acessado em 22 de março de 2013.

SAMPAIO, Daniel Pereira. A desindustrialização em marcha no Brasil: uma análise comparada. XVII Encontro Nacional de Economia Política. 2012. <http://www.sep.org.br/artigos?conference=17&t>, acessado em 27 de março de 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

*David Maciel é doutor em História, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG.